



Teste de História - 3º Ano

Profº Cláudio

Aluno: _____

1) Em 1824, o imperador D. Pedro I outorgou a carta constitucional que formatou o Império do Brasil. A respeito da mais duradoura Carta Magna brasileira, que definiu o ordenamento jurídico do país por 65 anos, assinale (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas.

a) A Constituição de 1824 era conhecida como “Constituição da Mandioca” devido ao voto censitário, que definia a participação eleitoral no Império pelo nível de riqueza, calculado inicialmente em alqueires de mandioca.

b) A Constituição de 1824 definia o Brasil como um Império Absolutista, no qual todos os poderes concentravam-se em D. Pedro I, sem nenhuma representatividade democrática.

c) Apesar de simbolizar uma postura liberal com eleições e divisão de poderes, a Constituição de 1824 instituía além dos 3 poderes um quarto poder, o Moderador, que facultava ao imperador intervir na atuação dos outros poderes, garantindo um caráter autoritário ao imperador.

d) A Constituição de 1824 estabelecia, através da divisão de poderes, um governo extremamente liberal, dividindo o poder não em 3, mas em 4 partes, possibilitando uma participação de todos os níveis da sociedade nas eleições, limitando os poderes do imperador.

Assinale a sequência correta:

a) VVVV

b) FFFF

c) FFVV

d) VFVF

2) Para os Sabinos, o que prevalecia no Brasil após a independência do país era o “colonialismo de Corte”. O que isso significava?

a) Que não houve independência, pois a situação de dependência de Portugal se mantinha.

b) Uma expressão de uma insatisfação com a centralização política no Rio de Janeiro e com o crescente abafamento de pleitos locais em nome da unidade nacional.

c) A insatisfação com o fato de a regência no Rio de Janeiro ficar, desde a abdicação de Pedro I, sob o controle dos restauracionistas, que pretendiam a volta à colonização.

d) Que os sabinos eram a expressão dos “Exaltados” já que, durante a sublevação, em nenhum momento abriram mão de se separarem do Brasil.

e) Apesar das intensas lutas federalistas que antecederam a Sabinada, aquelas não tinham nenhuma conexão com esta, já que criticavam a separação da província da Bahia do restante do Brasil.

3) Observe o seguinte enunciado:

“Com a dissolução da Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, aumentou a insatisfação com o governo de D. Pedro I, sobretudo no Nordeste. Em 2 de julho de 1824, em Pernambuco, Manuel Carvalho Paes de Andrade lança o manifesto que dá origem ao movimento. Contudo, antes da manifestação ocorrida no Recife, apoiada por Cipriano Barata e por Joaquim da Silva Rabelo (o Frei Caneca), ambos experientes revoltosos, a província do Ceará já tinha sua manifestação contrária ao Imperador, ocorrida no município de Nova Vila do Campo Maior (hoje Quixeramobim), em 9 de janeiro de 1824 e liderada por Gonçalo Inácio de Loyola Albuquerque e Melo (o Padre Mororó)”.

O movimento ocorrido no Brasil durante o Império a que o enunciado acima se refere é denominado

- a) Revolução Pernambucana.
- b) Revolução Praieira.
- c) Contestado.
- d) Confederação do Equador.

4) Vossa majestade verá que fiz de minha parte tudo quanto podia e, por mim, no dito tratado, está feita a paz. É impossível que vossa majestade, havendo alcançado suas reais pretensões negue ratificar um tratado que lhe felicita seus reinos, abrindo-lhe os portos ao comércio estagnado, e que vai pôr em paz tanto a nação portuguesa, de que vossa majestade é tão digno rei, como a brasileira, de que tenho a ventura de ser imperador. (Paulo Rezzuti. D. Pedro: a história não contada. O homem revelado por cartas e documentos inéditos) O fragmento é parte da carta de D. Pedro a D. João VI, versando sobre o tratado por meio do qual Portugal reconhecia a independência do Brasil, mediante:

- a) a renovação dos tratados comerciais de 1810;
- b) a concessão aos portugueses da Ilha de Trindade;
- c) a assinatura de um acordo de reciprocidade;
- d) o compromisso assumido pelo Brasil de cessar o tráfico negreiro;
- e) o pagamento pelo Brasil de uma indenização de 2 milhões de libras.

5) Assinale a alternativa que melhor define o caráter da política de D. Pedro I através do Poder Moderador, instituído pela carta constitucional de 1824.

- a) O Poder Moderador, que era representado pelo próprio imperador, levou à descentralização política característica do primeiro reinado, pois D. Pedro, a partir deste poder, distribuía cargos a vários políticos numa clara estratégia de manter a estabilidade de seu governo.
- b) O Poder Moderador significou uma estratégia política moderna e avançada, pois somente o Brasil possuía 4 poderes no contexto latino-americano do século XIX.
- c) O Poder Moderador significou uma estratégia conservadora, pois, através dele, o senado brasileiro protagonizou as principais decisões políticas, tornando o imperador uma figura simbólica com poderes limitados.
- d) O Poder Moderador centralizou as decisões políticas no judiciário que, através de suas medidas, inibia as ações dos demais políticos.
- e) O Poder Moderador, política que D. Pedro I implementou, caracterizou-se pela centralização acentuada, pois na prática anulava os demais poderes.

6) Examine o mapa O BRASIL APÓS A INDEPENDÊNCIA Com base no mapa, é correto afirmar:



- a) A separação da província de Cisplatina, que posteriormente se tornaria o Uruguai, ocorreu devido à lealdade de suas lideranças políticas à monarquia portuguesa.
- b) Os conflitos registrados no Grão-Pará, Maranhão, Piauí e Bahia tinham caráter republicano e revelavam o descontentamento com o arranjo político que estabeleceu a monarquia no Brasil.
- c) A província de Pernambuco perdeu parte de seu território, correspondente à margem esquerda do Rio São Francisco, como represália do poder central, logo após o final da Confederação do Equador.
- d) O mapa reforça a perspectiva de que o processo de emancipação política no Brasil foi completamente pacífico e resumiu-se às articulações em São Paulo e Rio de Janeiro.
- e) A Confederação do Equador tinha como objetivo estabelecer uma monarquia constitucional no Nordeste, tendo como base a província de Pernambuco.

7) Sobre o parlamentarismo praticado durante quase todo o Segundo Reinado e a atuação dos partidos Liberal e Conservador, podemos afirmar que:

- a) ambos colaboraram para suprimir qualquer fraude nas eleições e faziam forte oposição ao centralismo imperial.

b) as divergências entre ambos impediram períodos de conciliação, gerando acentuada instabilidade no sistema parlamentar.

c) organizado de baixo para cima, o parlamentarismo brasileiro chocou-se com os partidos Liberal e Conservador de composição elitista.

d) Liberal e Conservador, sem diferenças ideológicas significativas, alternavam-se no poder, sustentando o parlamentarismo de fachada, manipulado pelo imperador.

e) os partidos tinham sólidas bases populares e o parlamentarismo seguia e praticava rigidamente o modelo inglês.

8) No século XIX, a imigração europeia para o Brasil foi um processo ligado:

a) a uma política oficial e deliberada de povoamento, desejosa de fixar contingentes brancos em áreas estratégicas e atender grupos de proprietários na obtenção de mão de obra.

b) a uma política organizada pelos abolicionistas para substituir paulatinamente a mão de obra escrava das regiões cafeeiras e evitar a escravização em novas áreas de povoamento no sul do país.

c) às políticas militares, estabelecidas desde D. João VI, para a ocupação das fronteiras do sul e para a constituição de propriedades de criação de gado destinadas à exportação de charque.

d) à política do partido liberal para atrair novos grupos europeus para as áreas agrícolas e implantar um meio alternativo de produção, baseado em minifúndios.

e) à política oficial de povoamento baseada nos contratos de parceria como forma de estabelecer mão de obra assalariada nas áreas de agricultura de subsistência e de exportação.

9) A expansão da economia do café para o Oeste Paulista, na segunda metade do século XIX, e a grande imigração para a lavoura de café trouxeram modificações na história do Brasil, como:

a) o fortalecimento da economia de subsistência e a manutenção da escravidão.

b) a diversificação econômica e o avanço do processo de urbanização.

c) a divisão dos latifúndios no Vale do Paraíba e a crise da economia paulista.

d) o fim da república oligárquica e o crescimento do movimento camponês.

e) a adoção do sufrágio universal nas eleições federais e a centralização do poder.

10) *Substituiu-se então uma história crítica, profunda, por uma crônica de detalhes onde o patriotismo e a bravura dos nossos soldados encobrem a vilania dos motivos que levaram a Inglaterra a armar brasileiros e argentinos para a destruição da mais gloriosa república que já se viu na América Latina, a do Paraguai.*

CHIAVENATTO, J. J. Genocídio americano: A Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1979 (adaptado).

O imperialismo inglês, “destruindo o Paraguai, mantém o status quo na América Meridional, impedindo a ascensão do seu único Estado economicamente livre”. Essa teoria conspiratória vai contra a realidade dos fatos e não tem provas documentais. Contudo essa teoria tem alguma repercussão.

(DORATIOTO. F. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Cia. das Letras, 2002 (adaptado).

Uma leitura dessas narrativas divergentes demonstra que ambas estão refletindo sobre

a) a carência de fontes para a pesquisa sobre os reais motivos dessa Guerra.

b) o caráter positivista das diferentes versões sobre essa Guerra.

c) o resultado das intervenções britânicas nos cenários de batalha.

d) a dificuldade de elaborar explicações convincentes sobre os motivos dessa Guerra.

e) o nível de crueldade das ações do exército brasileiro e argentino durante o conflito.

GABARITO

1D 2B 3D 4A 5E 6C 7D 8E 9B 10C